# Subsídios para a Reformulação do Questionário do Cadastro Único

**Carlos Alberto Ramos**
Professor do Departamento de Economia, UnB.

**Ricardo Santana**
Assistente de Pesquisa

**E-mail**: Carlosal@unb.br

Brasília

Dezembro de 2002

# Subsídios para a Reformulação do Questionário do Cadastro Único

Carlos Alberto Ramos[1]/
Ricardo Santana[2]/

## I. Introdução

Como afirmamos em um documento anterior, o Cadastro Único (Cadúnico) é um novo tipo de levantamento estatístico, que mistura singularidades dos registros administrativos e das pesquisas de domicílio[3]/. O nosso objetivo neste documento não é abordar os custos e benefícios de um instrumento como o proposto, tema que já tratamos em Ramos e Santana (2000). Neste documento nosso objetivo será analisar a consistência, contradições, vulnerabilidades, etc. do questionário ou formulário utilizado para cadastrar as pessoas através do Cadúnico. Paralelamente à identificação desses pontos de fragilidade proporemos alternativas para superar ou contornar as fragilidades que, durante o texto, iremos assinalando.

Nesse contexto, o presente documento não deve ser visto como uma proposta já pronta, fechada senão, ao contrário, como um subsídio para iniciar as discussões sobre as mudanças necessárias no questionário do Cadúnico. No transcurso do texto fundamentaremos essa afirmação (mudanças necessárias, algumas incontornáveis, inclusive no curtíssimo prazo). Dessa forma, as alternativas propostas não devem ser assumidas como um caminho único ou pronto, senão como um roteiro que sirva de parâmetro para balizar as discussões para repensar o formulário.

Dado esse objetivo, estruturamos o texto da seguinte forma. Na próxima Seção abordaremos as grandes mudanças que, consideramos, devem ser discutidas. Na Seção III trataremos de aspectos mais específicos, analisando cada campo do formulário, seus aspectos positivos, suas fragilidades e propostas de mudanças[4]/. Por último, na Seção IV finalizaremos o documento com os comentários que sintetizarão os principais argumentos que desenvolvimentos no texto. Além desse corpo central, o documento é complementado com uma

---

[1] / Professor do Departamento de Economia, UnB.
[2] / Assistente de Pesquisa.
[3] / Sobre o ponto ver Ramos, C.A. e Santana, R., " Os pobres que levantem a mão (mas será que são mesmo pobres). Uma tentativa de validação do Cadastro Único", **Texto para Discussão Nº 563**, Departamento de Economia, UnB, dezembro de 2000,
[4] / No questionário do Cadúnico, certos números dos campos se repetem, porque estão situados em deferentes Seções. Assim, encolhemos a seguinte nomenclatura: número de campo acompanhado de uma letra, D para domicílio, P para Pessoa e AF para Agricultor Familiar). Assim, por exemplo, Campo 252-D é o campo 252 da parte do questionário referente a Domicílio.

comparação entre o tratamento dado a cada variável na PNAD (principal pesquisa de domicílio implementada hoje no país) no questionário do Cadúnico[5]/.

## II. Aspectos Gerais

### II.1. A Conveniência de, na medida do possível, Compatibilizar PNAD/Cadúnio.

Como afirmamos em Ramos e Santana (2002), o Cadúnico tem potenciais fragilidades no levantamento dos dados. Problemas de formação dos técnicos que recolhem as informações (devido a que sua tarefa principal não é essa), descentralização, etc. podem chegar a comprometer a qualidade das informações. Os testes que realizamos nesse documento, quando calculamos o IDF (Índice de Desenvolvimento Familiar) para as PNAD´s de 1999 e 2001 e comparamos os resultados com os valores obtidos no Cadúnico relevam que, no "atacado", o público alvo cadastrado é o esperado (os indivíduos integrantes de famílias indigentes e pobres) e as variáveis se encontram, em geral, dentro dos valores obtidos mediante a utilização das PNAD´s.

Contudo, a validação dos dados do Cadúnico sempre será uma questão em aberto, a ser testada de forma permanente ou periódica. Uma das alternativas mais simples, econômica e tecnicamente rigorosa de realizar essa constante validação consiste em ter outra fonte de dados de qualidade comprovada como referência. Nesse sentido, a candidata natural é a PNAD, tanto por apresentar confiabilidade (dado seu histórico e competência técnica do órgão que a implementa, o IBGE) como pela sua abrangência territorial. Dessa forma, na medida do possível, quando os temas são comuns, os quesitos, sempre deveriam tender a confluir com os da PNAD[6]/.

### II.2. Domicílio/Família

Uma primeira grande questão que, nos parece, não está devidamente diferenciada no questionário do Cadúnico é a distinção entre domicílio e família.

A principal identificação do Cadúnico (o Código Domiciliar, que vem impresso na primeira folha do questionário e que deve ser repetido quando se levantam as informações de cada pessoa e mesmo no questionário de identificação do agricultor familiar) está vinculada ao domicílio e não à família. Para identificar os membros de uma família a tarefa não é simples, dado que as

[5] / Justificaremos essa comparação (PNAD/Cadúnico) na próxima Seção.
[6] / No Anexo 1, o leitor poderá encontrar uma comparação entre as questões abordadas pela PNAD e o Cadúnico e os quesitos correspondentes.

variáveis que devem agrupar-se seriam o número de Código Domiciliar e as relações familiares. Como estas últimas são um pouco confusas (voltaremos sobre o tema), identificar o conjunto de membros de uma família não parece ser, no Cadúnico, uma tarefa trivial.

Contudo, poder-se-ia argumentar que o relevante é o domicílio e não a família. A polêmica sobre se o ambiente familiar ou o domiciliar é o relevante para desenhar estratégias de sobrevivência das famílias não é nosso objetivo no presente documento[7]/. Porém, o relevante para o Cadúnico ( e para as políticas sociais que ele baliza ) é a família e não o domicílio. Em diversas oportunidades no transcorrer do questionário, a variável a ser considerada está vinculada à família, nunca ao domicílio. Dessa forma, sugerimos que seja repensada a questão, podendo ser conservado o Código Domiciliar, mas criar mecanismos de agregação e identificação do núcleo familiar mais diretos.

Vamos ilustrar a necessidade de bem diferenciar esses dois conjuntos (domicílio e família). Nos campos 222-D a 225-D (Quantidade de Pessoas, Quantidade de Mulheres Grávidas, Quantidade de Mães Amamentando e Quantidade de Deficientes) observamos uma indefinição sobre o universo de referência (o domicílio ou a família). Como esses campos (222-D a 225-D) estão dentro da Seção Características do Domicílio, a referência seria o domicílio não obstante o relevante para a caracterização familiar e o desenho de políticas públicas seja a quantidade de mulheres grávidas na família e não no domicílio.

## II.3. Organização do Questionário Família/Indivíduo

A organização do questionário do Cadúnico não parece ser a mais adequada, também, quando a referência são as informações do indivíduo e da família.

Quando as informações são sobre o domicílio, os quesitos estão bem agrupados e vão do 201-D até o 221-D, com certa confusão nos quesitos 222-D a 225-D. Já na parte do formulário que diz respeito às informações sobre o indivíduo, se incluem quesitos sobre as características da família (campo 252-P) e sobre as despesas da família (campos 253-P a 262-P). Porque são feitas perguntas sobre informações familiares nas Seções referentes às informações do indivíduo ? Parece perceber-se um *vai-e-vem* indivíduo/família que se deve evitar.

---

[7] / Existem argumentos a favor e contra a utilização da família ou domicílio para identificar grupos humanos com estratégias de sobrevivência compartilhadas. O cortiço, onde em um mesmo domicílio podem conviver várias famílias sem laços nem afetivos nem econômicos entre elas, é o mais usual exemplo sobre a necessidade de utilizar como unidade de análise a família e não o domicílio. Contrariamente, tomemos o caso de um filha que possui um filho e que vive com seu companheiro/marido no mesmo domicílio que sua família (pais, irmãos, etc.). Nesse caso, ainda que possam ser definidas duas famílias no mesmo domicílio, a intuição nos diz que o mais conveniente seria tomar como unidade de análise o domicílio e não cada família como sendo unidades econômicas independentes.

Assim, sugerimos que o questionário seja bem subdividido entre: domicílio, família e indivíduos. Perguntas referentes a família, por exemplo, não devem estar contidas na seção que agrupa as informações dos indivíduos.

## II.4. Perguntas em Cascata.

Sugerimos, como é usual nas pesquisas de domicílio, a formulação das perguntas com uma certa hierarquização, com requisitos, etc. Esta técnica, perguntas em cascata, é, em certas ocasiões conveniente e, em outras, incontornável. Tomemos o caso dos quesitos sobre a posição no mercado de trabalho. Voltaremos sobre este ponto, mas podemos abordar a questão, de forma marginal, agora. O conjunto de pessoas que não trabalham está integrado por aquelas inativas, não fazem parte do mercado de trabalho, e aquelas desocupadas. Distinguir ambas é crucial para qualquer política pública na área social. Uma forma usual, ainda que não isenta de polêmica, consiste em perguntar a uma pessoa que não trabalha se ela procurou trabalho. Se procurou está desempregada (desemprego aberto) senão é inativa[8]/.

## II.5. Um Objetivo Permanente: reduzir os quesitos.

Quando formulamos um questionário, sempre devemos ter em mente que todo campo ou quesito tem custos: de levantamento, crítica e armazenamento. Dessa forma, se devem evitar campos que são desnecessários, agrupar ou construir variáveis que agora são motivo de um quesito particular. Vamos dar vários exemplos.

Será que é necessário distinguir o Estado Civil (campo 212-P) entre Divorciado e Separado ? Em termos de caracterização da família ou de formulação de política pública não é indiferente se um indivíduo é divorciado ou separado ? É necessário incluir o nome do município de nascimento ? Se uma pessoa é idosa, por exemplo, talvez o município de nascimento não exista mais, tenha sido desmembrado, etc. Talvez não seja necessário perguntar a quantidade de mulheres grávidas por família ou domicílio (campo 223-D), dado que se essa pergunta é feita individualmente e tendo-se uma boa alternativa para agregar os dados de família/domicílio, a quantidade de mulheres grávidas por família/domicílio pode ser uma variável a ser construída. O mesmo vale para a

[8] / Não é nosso objetivo entrar na polêmica sobre a medição do desemprego. Sabemos que pessoas ocupadas podem estar, em realidade, desocupadas (fazendo bicos temporários) ou que algumas daquelas que não procuram emprego estarem desocupadas pelo desalento. De qualquer forma, em todos os casos alguma forma de pergunta em cascata deve ser realizada e é sobre esse ponto que queremos chamar a atenção. Ainda que o Cadúnico pergunte da forma que exemplificamos no texto uma mínima diferenciação entre os que não trabalham/inativos e não-trabalham/desocupados já seria um enorme avanço, dado que hoje não se sabe se um indivíduo não-trabalha porque está desempregado ou porque não faz parte da força de trabalho.

quantidade de mulheres amamentando por família/domicílio (campo 224-D) ou a quantidade de deficientes (campo 225-D).

## II.6. Referência Temporal.

Em muitos casos, as variáveis tem que estar referênciadas no tempo. Vamos dar vários exemplos. Tomemos o caso da situação no mercado de trabalho (campo 242-P). Além de outras restrições que mencionaremos mais adiante, o ponto é: qual é o referêncial temporal ? a semana, o mês ou o ano ? Imaginemos um trabalhador rural, cuja situação está muito influenciada pelo ciclo agrícola, é crucial saber qual é o período de tempo para saber classificá-lo como ocupado ou desocupado. Na parte de rendimentos, não se pode incluir na mesma categoria o seguro-desemprego, um benefício que, no máximo, tem uma duração de seis meses, com uma aposentadoria, cujo horizonte de recebimento é vitalício. A mesma questão vale para as despesas. As despesas do mês imediatamente anterior à pesquisa ? Se é o último mês pode estar muito influenciada por alguma variável sazonal ou aleatória (uma doença não crônica, por exemplo). Esse gasto não pode ser classificado da mesma forma que outro permanente, como alimentação. A pergunta poderia ser: qual foi o gasto médio mensal em medicamentos nos últimos três meses ou no último ano?

## II.7. Agricultor Familiar

A seção dedicada ao levantamento de dados sobre o agricultor familiar não está integrada com o resto do questionário e apresenta fragilidades muito marcantes. Não fica claro porque as perguntas específicas a esse tipo de ocupação não são contempladas na Seção sobre integração no mercado de trabalho, no corpo principal. Isso induz dúvidas sobre a agregação familiar. Por exemplo. O campo 102-AF está vinculado ao número de ordem da pessoa agricultura. E se são vários os integrantes da família que trabalham na unidade agrícola ? Se uma unidade de produção agrícola emprega assalariados permanentes (campo 402-AF), o agricultor é considerado também como empregador rural (campo 242-P) ? Nesse caso, a renda é contabilizada duas vezes ? A pergunta referente à renda das atividades (campo 503-AF) é bruta, não deveria ser líquida ?

## II.8. Inclusão de Famílias/Indivíduos e Atualização de Dados

Um tema particularmente delicado está vinculado à inclusão/exclusão de famílias/indivíduos no Cadúnico e na alteração das informações. Vamos tratar ambos temas (inclusão ou alteração) em separado.

Antes de abordar o tema devemos lembrar que o Cadúnico tem como vocação ser um "censo" da população que genericamente se denomina de

"pobre". Em termos muito gerais, já que não é o objetivo deste texto, a população pobre que seria registrada pelo Cadúnico seria aquela estruturalmente incapaz de atingir um nível de vida que, muito vagamente, poderíamos de denominar "digno". Esse caráter estrutural está vinculado a diversas dimensões, muitas delas correlacionadas entre si: falta de educação/qualificação que tem como corolário baixos rendimentos, falta de infra-estrutura (habitação adequada, falta de acesso a serviços básicos essenciais, etc.), ausência de acesso á cultura e lazer, etc. Essa condição é estrutural no sentido que não é muito sensível ao ciclo econômico de curto prazo. Este pode melhorar ou piorar as condições de vida, mas certamente as causas da pobreza estão além do contexto conjuntural. Esse público é o público alvo do Cadúnico.

Logicamente, profundas crises econômicas podem chegar a alterar esse quadro. Países que experimentaram quedas do PIB maiores de 10%, por exemplo, apresentam óbvios casos de pobreza conjuntural. Ou seja, famílias que têm uma infra-estrutura adequada, níveis médios de educação, etc. mas que, por uma profunda recessão, não conseguem obter a renda monetária necessária para adquirir bens essenciais. Nesse contexto, de profunda recessão, teriam uma superposição de "pobres estruturais", cuja situação independente do ciclo, com "pobres conjunturais", que sairiam dessa situação em caso de retomada do nível de atividade.

O Brasil está, hoje, longe de apresentar uma conjuntura de tal dramaticidade que amplos contingentes da população possam cair embaixo da linha de pobreza, não importa como ela seja definida. No país a pobreza hoje está constituída pelos pobres estruturais e estes devem ser todos objeto de registro do Cadúnico. Logicamente, independentemente dessa característica, por questões familiares ou pessoais sempre tem um fluxo de entrada e saída da pobreza que, em termos do estoque, é, no curto prazo, marginal. Voltamos a afirmar que o fluxo é mínimo visto que os condicionantes estruturais da pobreza só podem ser alterados no médio e longo prazos (educação, infra-estrutura, etc.).

Dessa forma, uma vez atingido o universo de "pobres", que pode estar na faixa de 40 milhões de indivíduos, esse censo pode ser alterado por informações proporcionadas por Prefeitos, organizações da sociedade civil, etc.. Não consideramos que seja necessário um recenseamento anual. Seria muito oneroso e desnecessário. Os benefícios desse recadastramento todos os anos (incluir famílias/indivíduos e retirar outros) seriam muito inferiores aos custos (financeiros e famílias que são pobres e não estão incluídas e aquelas que conseguiram escapar dos círculos viciosos da pobreza). Recadastramentos generalizados só deveriam ser feitos em períodos de, por exemplo, cinco anos.

Paralelamente a essas inclusões/exclusões estão as tarefas de alteração ou complementação de informações (nasceu um filho, morreu um indivíduo, um mãe deixou de amamentar, etc.). Essas alterações/complementações podem ser realizadas tanto pelos próprios beneficiários como por convênios com outras instituições. Vamos dar vários exemplos. Com os cartórios se poderiam assinar

convênios, como fez a Previdência Social, no qual os óbitos devem ser informados à Caixa (detentora, hoje, dos dados). As escolas deveriam informar em caso de deserção escolar ou baixa freqüência. Logicamente, esse sistema de alimentação deve ser complementado com um eficiente sistema de fiscalização, punindo as fraudes e divulgando amplamente os flagrantes e punições.

## III. Questões Específicas.

Nos próximos parágrafos vamos abordar mais detalhadamente cada Seção e campos específicos do Cadúnico e, como já indicamos na Seção anterior, pretendemos fazer uma comparação com o modo de tratamento dado pela PNAD.

### III.1. Dados de Controle e Identificação do Domicílio/Família

**Campos 101-D a 210-D (Dados de Controle)**

Sem comentários. Porém, como antes sugerimos, deveriam ser incorporados controles para diferenciar: domicílio, família e indivíduo. Por outra parte, o Número de Ordem é 00 (Campo 102-D). Nos fica uma dúvida: qual seria o objetivo de por o Número de Ordem se é sempre 00 ? Sugerimos retirar este campo (Campo 102-D).

### III.2 Características do Domicílio.

**Campo 211-D (Tipo de Localidade)**

As alternativas para situar o domicílio são Urbana ou Rural. Contudo, não existe definição sobre o conceito de urbano e rural, ficando a critério do entrevistador. Ainda que não esteja isento de polêmicas, sugerimos que se adote a classificação da PNAD, que determina que são urbanas as áreas correspondentes a cidades (cedes municipais, as vilas (cedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas). Contrariamente, as áreas rurais abrangeriam toda área situada fora desses limites[9]/.

**Campo 212-D (Domicílio Coberto por Programas de Assistência a Saúde)**

Não comentaremos este campo pois são requerimentos específicos dos programas de saúde.

**Campo 213-D (Situação de Propriedade)**

As alternativas do Cadúnico são levemente distintas da PNAD mas podem ser compatibilizadas facilmente e, portanto, sugerimos que permaneça.

[9] / Ver, IBGE, Notas Metodológicas, PNAD/2001.

**Campo 214-D (Tipo de Domicílio)**

As alternativas são similares à PNAD e nos parecem adequadas.

**Campo 215-D (Número de Cômodos)**

Basicamente, não temos questionamentos sobre este campo. Contudo, se deveria incluir um novo campo para ter alguma referência do número de cômodos que servem de dormitório. A PNAD inclui esse aspecto (variável V0206, PNAD/Domicílios) e é um dado relevante devido a que, quando se calculam os cômodos por habitante nas famílias pobres, os resultados indicam que não existe problema habitacional no Brasil (Ramos e Santana (2002)). O problema está em que dentro de cômodos se inclui banheiro, sala, cozinha, etc. ou seja, todos os cômodos de uma casa. Assim, sugerimos que para determinar com maior precisão as condições de habitação seja incluído um campo no qual seja estabelecida a quantidade de cômodos que servem de dormitório.

**Campo 216-D (Tipo de Construção)**

As alternativas propostas no Cadúnico são pouco diferentes da PNAD mas as consideramos adequadas e de fácil compatibilização com esta última fonte de dados.

**Campo 217-D (Tipo de Abastecimento de Água)**

Existe compatibilidade entre as possibilidades de resposta entre o Cadúnico e a PNAD. Consideramos que não devem ser introduzidas mudanças.

**Campo 218-D (Tratamento de Água)**

As alternativas dadas ao tratamento de água nos parecem adequadas. Não existe uma variável na PNAD referente a este tema mas é relevante para subsidiar políticas públicas.

**Campo 219-D (Tipo de Iluminação)**

Consideramos que para determinar as condições de vida o referêncial deveria ser o tipo de iluminação (elétrica, lampião, etc.). O Cadúnico estabelece como alternativas: ter relógio próprio, não ter relógio, relógio comunitário, lampião, vela, etc. Nós consideramos que o Cadúnico nunca tem que ser visto como um instrumento de fiscalização. Se um domicílio ou família tem uma ligação clandestina (um "gato"), ou seja, tem eletricidade mas não tem relógio, será induzido a mentir, dado que os dados são levantados para órgãos públicos e, posteriormente, podem ser utilizados como instrumento de fiscalização. Se o entrevistado assume o Cadúnico como um potencial instrumento de fiscalização,

ele duvidará sobre a conveniência de proporcionar informações corretas, tanto nessa pergunta como em outras.

Dessa forma, sugerimos que as alternativas sejam mudadas. Poderiam ser como na PNAD (variável V0219, onde as possibilidades são eletricidade, óleo, outra forma, ignorado) ou conservar as hoje vigentes no Cadúnico mas agrupando em Elétrica as três primeiras (Relógio Próprio, Sem Relógio e Relógio Comunitário).

**Campo 220-D (Escoamento Sanitário)**

As alternativas parecem satisfatórias, mais simples que na PNAD. Para simplificar ainda mais sem perder generalidade poderia, talvez, se devesse unir as alternativas Vala e Céu Aberto.

**Campo 221-D (Destino do Lixo no Domicílio)**

Outra vez, é mais simples que na PNAD e satisfatório. Não sugerimos mudanças.

**Campo 222-D (Quantidade de Pessoas)**

Aqui nos fica a dúvida, dada a certa confusão do Cadúnico ao respeito: a quantidade de pessoas se refere ao domicílio ou à família. De qualquer forma, nos dois casos, sugerimos retirar este campo, dado que tendo uma consistente forma de agrupar os integrantes do domicílio e da família, esta variável pode ser construída a partir dos micro-dados quando necessário.

**Campo 223-D a 225-D (Quantidade de Mulheres Grávidas, Mães Amamentando e Deficientes)**

Poderíamos reproduzir o argumento anterior. Sugerimos retirar estes campos, dado que a condição de grávida, amamentação e deficiente estão contempladas nas informações de cada indivíduo (campos 268-P, 269-P e 214-P) e se pode agregar por família/domicílio.

**Campo 301-D, 302-D e 303-D (Assinatura do Entrevistado, do Entrevistador e Assinatura Entrevistador e do Representante da Prefeitura/Órgão Responsável)**

Não temos comentários a realizar, consideramos que devem ser mantidos.

### III.3. Lista de Pessoas Residentes no Domicílio.

Aqui, nesta parte do questionário, surge com nitidez a questão de distinguir entre domicílio e família. O Cadúnico contempla um número de ordem para os

residentes em um domicílio. Mas como se delimitam, em caso de existir, os diferentes núcleos familiares dentro de um domicílio ? No Campo 263-P, bem mais na frente, se requer o número de ordem da mãe ou responsável legal e, depois, (Campo 264-P) o parentesco com esse responsável legal. Seria uma família todos os que tem laços de parentesco com o responsável ? Imaginemos a seguinte situação. Um casal de aposentados (onde a mulher seria a referência ou o responsável legal, dado que o Cadúnico privilegia a mulher) com os filhos, seus respectivos companheiros/as ou esposos/as e netos convivendo em um mesmo espaço. Seria uma família ? ou várias ?

Pode argumentar-se que essa é uma discussão irrelevante ou de caráter mais acadêmico que prático. Concordamos que esse pode ser um debate sem fim, especialmente em casos como o que apresentamos no parágrafo anterior ou outros similares. Contudo, sem chegar a limites de sofisticação pouco práticos, o Cadúnico deveria avançar neste aspecto. Delimitar melhor domicílio e família. As vezes parece estar sendo utilizadas ambas palavras como sinônimos, coisa que não são. A unidade de referência nas modernas políticas públicas é a família e, portanto, sem chegar a requintes de cunho academicista, se devem ter critérios mais ou menos objetivos para definir três segmentos: domicílio, família e indivíduo. (este último não requer maiores definições). Nesse sentido, cada família deveria ter um número de identificação diferente do domicílio e cada membro da família um número de ordem. Talvez se deveria ter número para o código domiciliar, um número para o código familiar e um número de ordem para os membros da família, não sendo necessário um número de ordem para os residentes no domicílio.

Sugerimos que se avance nessa discussão. Ainda sabendo que, nesse aspecto, uma unanimidade nunca será atingida, como está desenhado no Cadúnico a questão domicílio/família pode induzir a sérios erros (por exemplo, de cálculo da renda familiar per cápita). Nesse sentido, sugerimos discussões com os técnicos do IBGE responsáveis pela PNAD para uma trocar experiências e tratar de uniformizar critérios.

### III.4. Identificação do Indivíduo

**Campos 101-P a 103-P (Dados de Controle)**

Sem comentários. Porém, como antes sugerimos, deveriam ser incorporados controles para diferenciar: domicílio, família e indivíduo.

**Campos 201-P a 203-P (Nome, Data de Nascimento, Sexo)**

Dado que são informações sobre os indivíduos, não parecem merecer maiores comentários.

**Campos 204-P a 206-P (Nacionalidade, País de Origem, Data de Chegada ao Brasil)**

A questão é: os programas sociais utilizam como critério para credenciar os indivíduos sua nacionalidade ? Ainda que a resposta seja positiva, poderiam ser excluídos os Campos 205-P e 206-P (sobre país de origem e data de chegada ao Brasil). Esses dois últimos campos só seriam para pesquisas sobre migração internacional mas que para o desenho de políticas públicas.

**Campos 207-P, 208-P e 209-P (Código IBGE Município de Nascimento, UF do Município de Nascimento, Nome do Município de Nascimento)**

Consideramos que ou devem ser eliminados ou devem ser reformulados. Vamos justificar esta afirmação.

As informações levantadas estão associadas ao Município/UF de nascimento. A primeira crítica está vinculada ao objetivo dessa informação. Se a resposta é para mapear os fluxos migratórios tal vez seria mais conveniente que a pergunta fosse feita sobre o último Município/UF (fora do atual) onde morou e não onde nasceu. Um segundo questionamento está associado à proliferação de Municípios, especialmente a fins dos anos 80 e a década posterior. O lugar de nascimento de uma pessoa com mais de 15 anos, por exemplo, pode já não pertencer ao Município original, que pode ter sido desmembrado.

Sugerimos, assim, que os campos 207-P a 209-P sejam repensados. Se informações referentes a fluxos migratórios são consideradas relevantes pelos formuladores de política, deve-se refletir se não é mais conveniente a informação sobre o último Município/UF (fora do atual) onde morou e não onde nasceu.

**Campos 210-P e 211-P (Nome Completo do Pai, Nome Completo da Mãe)**

Questões referentes a identificação dos indivíduos, não requerem maiores comentários.

**Campo 212-P (Estado Civil)**

Sempre tendo como critério a redução dos quesitos ou alternativas dentro de cada quesito, deve-se pensar se é necessário distinguir, o Estado Civil, entre separado/divorciado.

Por outra parte, no Manual do Entrevistador se sustenta que, em caso de um indivíduo morar com um companheiro/a, sem que essa união esteja cristalizada em casamento, informar solteiro. Não fica muito claro qual é a diferença, em termos de políticas públicas, da questão legal da união de um casal. Essa questão se vê potencializada devido a que se pode interpretar como uma discriminação outorgar o status de solteiro a indivíduos com uniões não formalizadas através da burocracia do Estado. Sugerimos, assim, que se

considerem como Casados todos os casais que constituem uma família, independentemente do status legal da relação. Por outra parte, existe legislação que reconhece o casal que vive junto, sem estar essa união registrada burocraticamente, como cônjuges legítimos, na medida em que têm os mesmos direitos que aqueles legalmente casados pelo estado, para efeitos de pensão em caso de separação ou morte. Dessa forma, não fica claro o porque de classificar como solteiros os indivíduos que formam casais sem cuja união não está registrada.

**Campo 213-P (Se o(a) Esposo(a) ou o(a) Companheiro(a) Reside no Domicílio)**

Este campo parece interessante, dado que se estabelece se o esposo ou companheiro faz parte, na prática, do núcleo familiar. Contudo, nos resta uma dúvida: esta pergunta só é feita às pessoas que são casadas (Campo 212-P) ? Aos indivíduos classificados como solteiros mas que integram um casal, a questão é formulada ?

**Campo 214-P (Tipo de Deficiência)**

Aqui a questão básica é: quando uma pessoa é considerada deficiente ? Quem estabelece que é deficiente ou não ? Este aspecto é chave, o Manual do Entrevistador não estabelece critérios e, sem os mesmos, a qualidade da informação fica comprometida.

Paralelamente a esse fato, a informação fica ainda mais prejudicada devido a que as alternativas devem ser marcadas com uma x e não com um número. Dessa forma, se na hora da digitação se conserva o caráter binário da informação (sim ou não), o corolário lógico é: para que se diferenciam as deficiências ? Seria mais conveniente, em termos de custos, a alternativa: tem alguma deficiência (sim/não). Essa limitação fica mais evidente quando podem ser marcadas com "X" várias deficiências. Se não se consegue diferenciar uma da outra, para que marcar várias ?

Apresentamos, então, duas sugestões. A primeira que se defina algum critério para determinar se uma pessoa tem deficiência ou não. A seguir que as alternativas tenham números e não sejam indicadas com "X".

**Campo 215-P (Raça/Cor)**

Sobre esta variável não temos maiores comentários, utiliza as mesmas alternativas que a PNAD. A única dúvida: porque o Cadúnico utiliza Raça Negra e a PNAD Raça Preta ? Tem alguma diferença ?

## III.5. Documentos do Indivíduo

### Campos 216-P a 236-P (NIS, Certidão Civil, Documento de Identidade, Carteira de Trabalho, CPF e Título de Eleitor)

São de identificação do indivíduo. A única questão é: não é possível reduzir a quantidade de documentos ? A identificação não poderia realizar-se unicamente pelo NIS ? Para que perguntar o número da Carteira de Trabalho, a data de emissão, etc. ? Qual é o objetivo de perguntar o Número de Eleitor, a Zona, a Seção ? Por exemplo, para ter Título de Eleitor se deve ter Carteira de Identidade, então, para que se perguntam os números dos dois documentos ?

## III.6. Qualificação escolar

### Campo 237-P (Freqüenta Escola)

Nesta questão a dúvida é: escola se refere a qualquer estabelecimento escolar (universidade, por exemplo) ou só escola ? No caso da cobertura ser completa (qualquer estabelecimento escolar) sugerimos que a palavra escola seja substituída por Estabelecimento Escolar.

### Campo 238-P (Grau de Instrução)

A nossa dúvida é: se está falando do máximo grau de instrução atingido pela pessoa ou o do nível que se está cursando ? Imaginemos que uma pessoa tenha o mestrado já concluído e esteja cursando o doutorado, se deve preencher o campo com o número 11 (Mestrado) ou 12 (Doutorado). No caso de ser considerado o máximo grau obtido, que consideramos ser o caso deste campo, sugerimos mudar para Máximo Grau de Instrução Atingido.

### Campo 239-P (Série Escolar)

A única sugestão é: não se deveria discriminar para poder identificar o Supletivo ? Como esta é uma alternativa muito utilizada pelas segmentos da população de baixa renda, o público alvo do Cadúnico, talvez seria conveniente sua discriminação.

### Campos 240-P e 241-P (Nome da Escola, Código Censo INEP)

Identificação da escola, não temos comentários a realizar.

## III.7. Qualificação Profissional

### Campos 242-P a 251-P (Situação no Mercado de Trabalho, Ocupação e Renda)

Consideramos que este é um dos pontos mais vulneráveis do Cadúnico e, pelas suas deficiências e importância, deve ser totalmente mudado.

Vamos começar pelo próprio título da Seção. Qualificação Profissional induz a erro, já que pode ser associado às políticas públicas de qualificação profissional ou à qualificação do indivíduo. Esse não é o caso. Na parte de Qualificação Profissional se está lidando com a inserção ou não do indivíduo no mercado de trabalho. Dessa forma, sugerimos mudar para Inserção no Mercado de Trabalho.

Aqui as perguntas devem ser, necessariamente, em cascata. Primeiro se deve saber se o indivíduo trabalha ou não e depois saber porque não trabalha (inativo ou desocupado). Hoje, no Cadúnico, se sabe que a pessoa não trabalha, mas não se sabe porque.

Si a pessoa trabalha, as perguntas que devem ser formuladas estão vinculadas com o tipo de inserção no mercado de trabalho. Sugerimos as seguintes alternativas: assalariado com carteira de trabalho, estatutário, assalariado sem carteira de trabalho, autônomo, empregador e auto-consumo[10]/.

Consideramos que não devem ser misturados aspectos relativos à Previdência com os da inserção no mercado de trabalho. Hoje, no Cadúnico as alternativas podem ser de ocupado ou de aposentado, como se um aposentado não pudesse trabalhar.

Sugerimos a inclusão de um bloco sobre contribuição previdenciária, para saber se o indivíduo contribui para a previdência ou não. Não achamos conveniente que os autônomos se dividam entre os que contribuem e os que não contribuem, como sucede hoje. Um assalariado sem carteira pode estar contribuindo para a previdência (contribui como autônomo). O mesmo sucede com os empregadores. Ou seja, um aspecto é a forma de inserção no mercado de trabalho e outro se contribui para a previdência ou não.

As perguntas relativas a emprego devem ser datadas ou seja, referidas a algum período de tempo (semana, mês ou ano). Como uma pessoa pode ter mais de um emprego, as questões devem ser subdivididas entre o trabalho principal e outros trabalhos.

---

[10] / Neste caso, consideramos que as alternativas da PNAD (variáveis V4706 e V4715) são muito extensas e desnecessariamente amplas. Ou seja, neste caso, não aconselhamos acompanhar a PNAD.

Consideramos que é desnecessário perguntar sobre o nome da empresa e sua CNPJ ou CEI. Dificilmente o indivíduo vai saber o CNPJ da empresa e essa questão pode ser interpretada como uma potencial fonte de fiscalização. Ou seja, sugerimos retirar os campos 243-P e 244-P.

Todas as questões relativas a programas sociais ou benefícios devem ser agrupadas em uma Seção. Ou seja, separar a posição no mercado de trabalho do recebimento de benefícios. As alternativas poderiam ser: aposentado do INSS (não-rural), aposentadoria rural, aposentado público, outro tipo de aposentadoria, pensão, seguro-desemprego, bolsa-criança cidadã (PETI), agente jovem, LOAS, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, etc. Em certos casos as perguntas devem ser datadas, como no caso do seguro-desemprego.

Um outro bloco deve corresponder às rendas. Cada tipo de emprego ou benefício deve ter associada renda correspondente. Hoje, no Cadúnico, está muito confuso. Por exemplo, ao campo 247-P (remuneração no emprego) não respondem os autônomos. Porque ? Hoje não podemos discriminar a renda oriunda da maioria das posições, a única especificada é a de assalariado. As rendas devem ser discriminadas da forma mais desagregada possível. No caso de vários empregos, por exemplo, devem ser discriminados os rendimentos de cada um.

Resumindo. Sugerimos que sejam diferenciados três blocos: tipo de inserção no mercado de trabalho, benefícios recebidos e rendas. Esses três blocos devem substituir os campos 242-P a 251-P (hoje englobados na Seção denominada de Qualificação Profissional) e o campo 270-P (sobre a participação em algum programa do Governo Federal).

## III.8. Características da Família

Antes de iniciar a discussão sobre os campos específicos desata Seção, um comentário sobre a forma de estruturar o questionário. Todos os dados sobre as características da família devem ser agrupados e respondidos depois das características do domicílio. Consideramos que é inadequado começar pelas Características do Domicílio (questões que devem ser respondidas pela pessoa de referência do domicílio ou da família), depois passar os dados de cada indivíduo da família e voltar para a família. Sugerimos, então, que a ordem seja: características do domicílio (questões a serem respondidas pelo responsável do domicílio ou família), questões referentes à família (dados que devem ser proporcionados pelo responsável da família) e quesitos referentes aos indivíduos que integram cada família.

### Campo 252-P (Tempo de Moradia da Família)

Não temos comentários a fazer sobre esta questão.

## III.9. Despesas Mensais da Família

### Campos 253-P a 261-P (Gastos Familiares)

Devem ter referências temporais diferençadas. No caso dos medicamentos, por exemplo, poderia ser (como no suplemento da PNAD/1998/Saúde) a média mensal dos últimos três meses. Talvez seja interessante discriminar ou só incluir os medicamentos de uso prolongado.

### Campo 262-P (Número de Pessoas que Vivem da Renda Desta Família)

Não fica claro o objetivo de esta pergunta. Em princípio se deve pressupor que da renda da família vivem os membros da família. Logicamente, se poderiam levantar múltiplas possíveis situações (agregados, etc.). Mas considerando a família no sentido amplo (com agregados, por exemplo), a pergunta é redundante. Sugerimos tirar este campo.

## III.10. Relação Familiar

### Campo 263-P a 266-P (Vínculos Familiares)

Consideramos que a forma de estabelecer os vínculos familiares está um pouco confuso e se estende desnecessariamente. Sugerimos que se tenha como referência a PNAD. Uma vez identificada a mãe ou o responsável da família, os status familiar dos restantes membros se reduz a só três: conjugue, filho e outro parente. Qual é o objetivo de discriminar entre genro/nora/, cunhado (a), sobrinho, sogro, etc. Talvez uma discriminação tenha que ser feita para empregado doméstico e agregado. Sugerimos, assim, que sejam consideradas, no máximo cinco categorias (muito menos das 20 atuais).

### Campo 267-P (Com quem fica a Criança de 0 a 6 anos)

Não temos comentários a fazer sobre esta questão.

### Campos 268-P e 269-P (Número de Meses de Gestação, Mãe Amamentando)

Estamos aqui diante de um típico exemplo do *vai-vem* do Cadúnico. Estas são perguntas que devem ser realizadas aos indivíduos e não devem constar do bloco de família. No tocante à pergunta em si, não temos objeções.

### Campo 270-P (Participação nos Programas de Governo)

Já tratamos a questão da participação nos programas de governo. Esta deve ser um aspecto a ser tratado no bloco da renda da família. Deve-se discriminar cada programa e o mesmo estar associado a uma renda.

No caso do Cadúnico, a situação fica mais confusa dado que se deve indicar com um "X" a participação em cada programa, não com um número. Dessa forma, se uma família recebe bolsa-alimentação e participa do PROGER, por exemplo, tem dois "X", mas como só tem um campo, um "X" é redundante e não se podem realizar estudos específicos de cada programa.

Aqui temos que levantar um ponto sobre o qual deve-se discutir mais particularmente. Mais especificamente, o caso do PROGER e o PRONAF. Sustentamos anteriormente que o bloco sobre benefícios deve estar associado a renda. No caso do PROGER e o PRONAF a situação foge a essa generalidade, que estaria vinculada aos benefícios de prestação continuada (como Previdência). O PROGER e o PRONAF são linhas de crédito e não podem ser identificadas como benefícios ou renda da família. Viabilizam a geração de emprego e renda mas não são renda. Dessa forma, sugerimos que o PROGER e o PRONAF sejam tratados de forma separada, em um bloco específico e, sob nenhuma circunstância, o montante de crédito pode ser identificado como renda familiar.

**Campo 271-P (Beneficiário Prioritário para o Programa Bolsa Alimentação)**

Não sabemos a importância deste campo para a formulação de políticas públicas. Por outra parte, quem estabelece quem é prioritário ? O entrevistador ? Quais são os critérios para classificar uma família como prioritária ? (Não está no Manual do entrevistador)

## III.11. Identificação do Agricultor Familiar

Em termos gerais, não nos fica clara a articulação entre o cadastro do agricultor familiar e o corpo principal do questionário. Um agricultor familiar só responde esta parte do questionário ou os dois ? No caso, mais lógico, de ter que responder aos dois, as informações se superpõem ? Vamos dar um exemplo. A renda que foi declarada no questionário do agricultor familiar também é declarada no campo de inserção no mercado de trabalho (Qualificação Profissional, na nomenclatura do Cadúnico) ?

Consideramos que não devem existir superposições. As rendas declaradas no formulário exclusivo do agricultor familiar não devem ser contempladas para o cálculo da renda familiar. Os dados relevantes para essa renda familiar devem ser as informações dadas no bloco de renda. As informações sobre a renda bruta do estabelecimento familiar, por exemplo, podem ser de relevância para outorgar linhas de crédito (tipo PROGER ou PRONAF) mas em nenhuma circunstância para estabelecer a renda da família.

### III.11.1. Identificação do Beneficiário

**Campo 101-AF (Tipo de Documento)**

Não temos comentários, deve ser mantido. Contudo, no caso de aceitar-se a nossa sugestão e incorporar-se algum módulo (para família, por exemplo), o número deve ser alterado.

**Campo 102-AF (Número de Ordem da Pessoa Agricultora)**

Em realidade, dever-se-ia falar do Número de Ordem da Pessoa responsável pelo estabelecimento agrícola, dado que vários integrantes da família podem estar ocupados no estabelecimento familiar.

**Campos 103-AF a 202-AF (Modalidade, NIS, Código Domiciliar, Nome do Agricultor e Apelido)**

De identificação, sem comentários a fazer

**Campo 203-AF (Número de Ordem da Mãe/Responsável Legal da Família)**

Não entendemos muito bem porque esse campo. Teoricamente, o conjunto de informações de domicílio, família e indivíduos já foram preenchidos no corpo principal do questionário. Sabendo o número de ordem do responsável do estabelecimento já se sabe sua relação com a mãe ou o responsável legal (campo 264 do corpo principal do questionário). Resumindo: consideramos que esta informação é redundante, sugerimos retirar esse campo.

**Campo 204-AF (Organização Social a que Pertence o Agricultor)**

Sem comentários ou sugestões de mudanças.

### III.11.2. Estrutura da Atividade Agropecuária

**Campos 301-AF e 302-AF (Localização do Domicílio, Condição de Posse e Uso da Terra)**

Sem comentários ou sugestões de mudanças. Apenas uma dúvida: é relevante para a formulação de políticas públicas saber se a localização do domicílio é no próprio estabelecimento rural, em aglomerado urbano próximo ou em aglomerado rural próximo (Campo 301-AF) ? Em caso de nenhum órgão precisar dessa informação para o desenho de políticas retirar.

**Campo 303-AF (Caracterização da Atividade)**

As várias alternativas de resposta incluem atividades que não são agricultura, como pescador artesanal. Sugerimos mudar o título desta parte do questionário para, por exemplo, Unidades de Produção Familiares.

**Campo 304-AF (Área do estabelecimento em Hectares)**

Dois comentários.

Em diversas regiões, o hectare não é a unidade de medida popularmente utilizada. As áreas são delimitadas em outras unidades, como alqueires. Contudo, a área do alqueire pode mudar segundo a região. Assim, com todas as limitações, talvez hectare seja a melhor unidade de medida. Sugerimos, assim, que os entrevistadores sejam formados para saber o fator de conversão entre a unidade de medida local (alqueire goiano, por exemplo) e a hectare.

O segundo comentário diz respeito à declaração da área do estabelecimento. Esta é obrigatória exceto no caso da aqüicultura. Contudo, nos casos de extrativismo vegetal ou silvicultura, atividades que muitas vezes são realizadas em áreas comunitárias, publicas ou de reservas, a área do estabelecimento carece de sentido (inclusive o próprio conceito de estabelecimento pode ser de duvidosa pertinência). Sugerimos, assim, que a declaração da área só seja obrigatória no caso do estabelecimento dedicar-se à agricultura.

**III.11.3. Força de Trabalho além da Familiar**

Antes de comentar os campos específicos desta Seção, um comentário geral. São demandadas informações sobre a força de trabalho não-familiar mas o questionário não tem dados sobre a mão-de-obra familiar. Portanto, sugerimos que se incluída uma Seção com dados da força de trabalho familiar (número de ordem dentro da família, remuneração, trabalho eventual ou permanente). Consideramos que não registrar os dados da força de trabalho da própria família é um lacuna importante no questionário.

**Campos 401-AF a 403-AF (Contratação de Empregados Eventuais, Número de Empregados Permanentes e Administração do Estabelecimento)**

Em geral, os dados demandados são satisfatórios. Contudo, a tentação é grande para não demandar mais especificações sobre o perfil de essa força de trabalho externa à família (se tem carteira de trabalho assinada, remuneração, qualificação, etc.) Contudo, requerer esses dados pode ser interpretado como uma forma de fiscalização do trabalho (cumprimento da legislação trabalhista), fato que pode induzir a distorcer a informação proporcionada, uma possibilidade que

viesará os dados. Portanto, as informações contidas nos campos 401-AF a 403-AF, não obstante serem sucintas, são satisfatórias.

### III.11.4. Composição da renda Bruta Familiar Anual

**Campos 501-AF a 502-AF (Ano Agrícola, Perdas na Produção)**

Sem comentários nem sugestões.

**Campos 503-AF a 505-AF (Renda Bruta das Atividades Agropecuárias, de Outras Atividades Agropecuárias e Não Agropecuária)**

Os interrogantes são de diversas ordens.

A primeira dúvida é: porque renda bruta e não renda líquida ? Qual é o objetivo dessa informação de renda bruta ? Não sabemos, mas certamente não deve ser utilizada para calcular a renda familiar. O relevante para determinar as condições de vida de uma família é a renda líquida e não a renda bruta. Dessa forma, sugerimos que, é necessária a manutenção dos dados sobre renda bruta, e sejam acrescentados os de renda líquida.

No Campo 505-AF, a renda bruta de outras atividades agropecuárias, que outras atividades ? Imaginemos que parte da família é eventualmente assalariada fora da propriedade, esses rendimentos devem ser declarados ? Para que? Já não foram declarados na Seção de Mercado de Trabalho ?

A terceira dúvida diz respeito ao campo 505-AF (Renda Bruta de Atividades Não Agropecuárias, excluídas os proventos previdenciários). Para que informar esse campo ? As rendas e benefícios de outras atividades já não foram informados no bloco sobre o mercado de trabalho e benefícios ? Esta informação é, em princípio, redundante.

Por último, que relação tem esta declaração de renda ou rendas já declaradas no bloco de mercado de trabalho ? Imaginemos que o proprietário de um pequeno estabelecimento rural emprega a família além de dois ou três empregados permanentes. Nesse caso, quando é perguntado sobre sua posição no mercado de trabalho a resposta será de empregador rural. Ele deverá declarar sua renda. Para que voltar sobre o tema ? Sugerimos que só seja conservado o Campo 503-AF se a informação de renda bruta aí contida é importante para alguma política pública (linhas de crédito, por exemplo). Recomendamos retirar os campos 504-AF e 505-AF.

## IV. Comentários Finais

Podemos separar os argumentos apresentados no texto em três grandes conjuntos.

O primeiro são as mudanças que propusemos e que não envolvem maiores desdobramentos. É o caso da eliminação de campos, dado que ou são redundantes ou são intrascendentes. No caso de se aceitar essas sugestões, as mesmas podem implementar-se de imediato e reduziriam custos também imediatamente (custos de coleta e de armazenamento, dado que se poderia informar á Caixa para "apagar" essas informações).

Um segundo conjunto está vinculado a alterações no formulário que acarretam importantes conseqüências e que não alteram a comparabilidade entre os questionários antigos e os novos. Por exemplo, agrupar divorciado/separado no caso do Estado Civil, devido a que pode-se realizar a comparabilidade com os dados anteriores (é só a Caixa agrupar as duas alternativas).

Um terceiro conjunto está constituído por alterações que propusemos e que alteram de forma profunda o questionário, como no caso do tipo de inserção no mercado de trabalho. Neste caso a proposta de alteração é mais complexa por três motivos.

O primeiro é a complexidade da tarefa, muito mais árdua que, por exemplo, suprimir um campo. A alteração no bloco sobre o mercado de trabalho, por exemplo, requer atividades específicas, intercâmbio de opiniões com outros órgãos (particularmente o IBGE e os técnicos que trabalham na PNAD e na PME). Esta é uma tarefa que pode demandar vários meses. O mesmo poderíamos argumentar para o caso da identificação da família e rendimentos.

Um segundo motivo que está vinculado ao problema da comparabilidade. Cada vez que se pretende modificar uma série de dados, existe um conflito entre o melhoramento das informações e a comparabilidade perdida ou comprometida. No caso do CADúnico esse conflito é similar. Contudo, devido às sérias limitações em alguns blocos (renda, inserção na ocupação, etc.) esse conflito ou dúvida entre mudar ou não é menor. Nossa opinião é: nesses casos as alterações devem ser feitas, ainda que comprometam a comparabilidade.

Por último, o terceiro motivo sobre a complexidade é a dúvida: deve-se voltar sobre as famílias que já foram cadastradas para aplicar o novo formulário ? Observemos que esta possibilidade só se aplica quando a alteração é profunda, não quando, por exemplo, alteramos as possibilidades de resposta a um campo. Dada a abrangência que atingiu o cadastramento (mais de 20 milhões de pessoas), a prudência aconselha a esperar dois ou três anos, quando seja realizado um recadastramento geral.

Justamente, desse fato surge a nossa principal recomendação. As alterações que estamos propondo, nos estamos referindo às mais profundas, devem ser precedidas de extensas discussões, trocas de experiências, seminários, referências internacionais, etc. para que o novo questionário apresente uma robustez técnica que futuras alterações só sejam necessárias no muito longo prazo. Nesse sentido, as propostas que levantamos neste documento só devem ser tidas como subsídios ou um roteiro para essa necessária e quase urgente discussão

# Anexo 1

# Dicionário Cadúnico e PNAD

# Dicionário do Cadastro Único e da PNAD 2001- Domicílios

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| **Dados de Controle** | | | | |
| Tipo de documento | 101 | Este campo já vem preenchido com 01. | | |
| Número de ordem | 102 | Este campo já vem preenchido com 00. | V 0301 | |
| Ano de Referência (PNAD)<br>Data da Pesquisa (CADÚNICO) | 103 | Obrigatório (DD / MM / AAAA) | V 0101 | (AA) |
| Número de Identificação Social – NIS | 104 | Não obrigatório.<br>(PIS/ PASEP/ Cartão SUS) da pessoa | | |
| Código domiciliar | | Obrigatório, para formulário avulso. | | |
| Nome do entrevistador | 105 | | | |
| CNPJ da Prefeitura /Órgão /Empresa | 106 | Preencher com o número de inscrição da Prefeitura (CNPJ). | | |
| Modalidade | 107 | 1. Inclusão<br>2. Alteração<br>9. Complementação | | |
| Nome de estabelecimento de assistência à saúde | 108 | Não obrigatório | | |
| Código EAS / MS | 109 | Não obrigatório | | |
| Código Familiar | | Número do código domiciliar, consta no formulário de Identificação do Domicílio e da Família. | V 0102 | Número de controle |
| | | | V 0103 | Número de Série |
| **Identificação do Domicílio e da Família** | | | | |
| CEP | 201 | De acordo com a tabela da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. | | |
| Tipo de logradouro | 202 | (Rua, Avenida, Travessa, Bloco etc.). | | |
| Nome do logradouro | 203 | (nome da Rua, nome da Avenida, etc.). | | |
| Número | 204 | (número do edifício, número da casa etc.). | | |
| Complemento | 205 | Não obrigatório<br>( número da sala, bloco, número do apartamento, etc.). | | |
| Bairro | 206 | Nome do bairro, sem abreviações. | | |
| Unidade da Federação | 207 | De acordo com a Tabela de UF do IBGE | UF | 2 primeiras posições do controle |
| Nome do município | 208 | Nome do Município, sem abreviações. | | |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| DDD | 209 | O código de área da localidade. | | |
| Telefone para contato | 210 | Número do telefone para contato. | | |
| Tipo de Entrevista | | | 0104 | 1. Realizada<br>2. Fechada<br>3. Recusa<br>4. Outra<br>5. Em condições de ser habitada<br>6. Uso ocasional<br>7. Construção ou reforma<br>8. Em ruínas<br>9. Demolida<br>10. Não foi encontrada<br>11. Não residencial<br>12. Fora do setor |
| Total de Moradores de 5 anos ou mais | | | V 0106 | |
| **Característica do Domicílio** | | | | |
| Tipo de localidade | 211 | 1. Urbana<br>2. Rural | V 4105 | 1. URBANA -Cidade ou vila, área urbanizada<br>2. URBANA - Cidade ou vila, área não urbanizada<br>3. URBANA - Área urbana isolada<br>4. RURAL - Aglomerado rural de extensão urbana<br>5. RURAL - Aglomerado rural, isolado, povoado<br>6. RURAL - Aglomerado rural, isolado, núcleo<br>7. RURAL - Aglomerado rural, isolado, outros aglomerados<br>8. RURAL – Zona rural exclusive aglomerado rural |
| Domicílio coberto por | 212 | 1. PACS<br>2. PSF<br>3. Similar ao PSF<br>4. Outro | | |
| Situação de propriedade | 213 | 1. Próprio<br>2. Alugado<br>3. Arrendado<br>4. Cedido<br>5. Invasão<br>6. Financiado<br>7. Outra | V 0207 | 1. Próprio – já pago<br>2. Próprio – ainda pagando<br>3. Alugado<br>4. Cedido por empregador<br>5. Cedido de outra forma<br>6. Outra condição<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Tipo de domicílio | 214 | 1. Casa<br>2. Apartamento<br>3. Cômodo<br>4. Outro | V 0202 | 2. Casa<br>4. Apartamento<br>6. Cômodo<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Número de cômodos no domicílio | 215 | Inclusive banheiro, sala e cozinha, desde que estejam separados por paredes. | V 0205 | 01-30. Cômodos no domicílio<br>99. Ignorado<br>-1. Não aplicável |
| Tipo de construção | 216 | 1. Tijolo / Alvenaria<br>2. Adobe<br>3. Taipa revestida<br>4. Taipa não revestida<br>5. Madeira<br>6. Material aproveitado<br>7. Outro | V 0203 | 1. Alvenaria<br>2. Madeira aparelhada<br>3. Taipa não revestida<br>4. Madeira aproveitada<br>5. Palha<br>6. Outro material<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | **Campo** | **Descrição** | **Variável** | **Descrição** |
| Tipo de abastecimento de água | 217 | 1. Rede pública<br>2. Poço / Nascente<br>3. Carro pipa<br>4. Outro | V 0212 | 2. Rede geral de distribuição<br>4. Poço ou nascente<br>6. Outra proveniência<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Tratamento de água | 218 | 1. Filtração<br>2. Fervura<br>3. Cloração<br>4. Sem Tratamento<br>5. Outro | | |
| Tipo de iluminação | 219 | 1. Relógio próprio<br>2. Sem relógio<br>3. Relógio comunitário<br>4. Lampião<br>5. Vela<br>6. Outro | V 0219 | 1. Elétrica (de rede, gerador, solar)<br>3. Óleo, querosene ou gás de botijão<br>5. Outra forma<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Escoamento sanitário | 220 | 1. Rede Pública<br>2. Fossa rudimentar<br>3. Fossa Séptica<br>4. Vala<br>5. Céu aberto<br>6. Outro | V 0217 | 1. Rede coletora de esgoto ou pluvial<br>2. Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial<br>3. Fossa séptica não ligada à rede coletora ou pluvial<br>4. Fossa rudimentar<br>5. Vala<br>6. Direto para o rio, lago ou mar<br>7. Outra forma<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Destino do lixo no domicílio | 221 | 1. Coletado<br>2. Queimado<br>3. Enterrado<br>4. Céu aberto<br>5. Outro | V 0218 | 1. Coletado diretamente<br>2. Coletado indiretamente<br>3. Queimado ou enterrado na propriedade<br>4. Jogado em terreno baldio ou logradouro<br>5. Jogado em rio, lago ou mar<br>6. Outro destino<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Total de Moradores | 222 | | V 0105 | |
| Quantidade de mulheres grávidas | 223 | | | |
| Quantidade de mães amamentando | 224 | | | |
| Quantidade de deficiente | 225 | | | |
| Espécie de Domicílio | | | V 0201 | 1. Particular permanente<br>3. Particular improvisado<br>5. Coletivo<br>Não aplicável |
| Material predominante na cobertura (telhado) | | | V 0204 | 1. Telha<br>2. Laje de concreto<br>3. Madeira aparelhada<br>4. Zinco<br>5. Madeira aproveitada<br>6. Palha<br>7. Outro material<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Número de cômodos servindo de dormitório | | | V 0206 | 01-15. Servindo de dormitório<br>99. Ignorado<br>-1. Não aplicável |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| Aluguel mensal pago em 09 / 2001 | | | V 0208 | 0 a 999.999.999.998<br>999.999.999.999 - Ignorado<br>-1 - Não aplicável |
| Código de valor de aluguel | | | V 2081 | 1. Até ½ salário mínimo<br>2. Mais de ½ até 1 salário<br>3. Mais de 1 até 2<br>4. Mais de 2 até 3<br>5. Mais de 3 até 5<br>6. Mais de 5 até 10<br>7. Mais de 10 até 20<br>8. Mais de 20 salários<br>9. Sem declaração<br>Não aplicável |
| Prestação mensal paga em 09 /2001 | | | V 0209 | 0 a 999.999.999.998<br>999.999.999.999 - Ignorado<br>-1 - Não aplicável |
| Código de valor de prestação | | | V 2091 | 1. Até ½ salário mínimo<br>2. Mais de ½ até 1 salário<br>3. Mais de 1 até 2<br>4. Mais de 2 até 3<br>5. Mais de 3 até 5<br>6. Mais de 5 até 10<br>7. Mais de 10 até 20<br>8. Mais de 20 salários<br>9. Sem declaração<br>Não aplicável |
| O terreno é próprio | | | V 0210 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Água canalizada em, pelo menos, um cômodo | | | V 0211 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Água canalizada de rede de distribuição para a propriedade | | | V 0213 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| **Água** utilizada no domicílio é de **poço ou nascente** localizado na propriedade | | | V 0214 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Existe banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade | | | V 0215 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este banheiro é de uso... | | | V 0216 | 2. Só do domicílio<br>4. Comum a mais de um<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem telefone móvel celular | | | V 0220 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem telefone fixo | | | V 2020 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| Este domicílio tem fogão de 2 ou mais bocas | | | V 0221 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem fogão de uma boca | | | V 0222 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| O fogão deste domicílio utiliza predominantemente | | | V 0223 | 1. Gás de botijão<br>2. Gás canalizado<br>3. Lenha<br>4. Carvão<br>5. Energia elétrica<br>6. Outro combustível<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem algum tipo de filtro d' água | | | V 0224 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem rádio | | | V 0225 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem televisão em cores | | | V 0226 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem televisão em preto e branco | | | V 0227 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem geladeira | | | V 0228 | 2. Sim, de 2 portas<br>4. Sim, de 1 porta<br>6. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem freezer | | | V 0229 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem máquina de lavar roupa | | | V 0230 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este domicílio tem microcomputador | | | V 0231 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Este micro é utilizado para acessar à Internet | | | V 0232 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Código de tipo de setor | | | V 4106 | 0. Não Especial<br>1. Especial de aglomerado subnormal<br>2. Especial de quartéis, bases militares, etc<br>3. Especial de alojamentos, acampamentos, etc<br>4. Especial de embarcações, barcos, navios,etc<br>5. Especial de aldeia indígena<br>6. Penitenciária<br>7. Asilo |

| Quesito | Cadastro Único | | Categorias | |
|---|---|---|---|---|
| | **Campo** | **Descrição** | **Variável** | **Descrição** |
| Código de Área Censitária | | | V 4107 | 1. Região Metropolitana<br>2. Auto Representativo<br>3. Não Auto Representativo |
| Rendimento mensal domiciliar | | | V 4614 | 0 a 999.999.999.998<br>999.999.999.999 - Ignorado<br>-1 - Não aplicável |
| Peso do domicílio | | | V 4611 | |

## Dicionário do Cadastro Único e da PNAD 2001- Pessoas

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| **Dados de Controle** | | | | |
| Tipo de documento | 101 | Este campo já vem preenchido com 02. | | |
| Número de ordem | 102 | Consta da lista de pessoas residentes no domicílio. | V 0301 | |
| Modalidade | 103 | 1. Inclusão<br>2. Alteração<br>9. Complementação | | |
| Código domiciliar | | Número do código domiciliar, consta no formulário de Identificação do Domicílio e da Família. | V 0102 | Número de controle |
| | | | V 0103 | Número de Série |
| Unidade da Federação | | | UF | 2 primeiras posições do controle |
| **Identificação da Pessoa** | | | | |
| Nome completo da pessoa | 201 | (sem abreviações) | | |
| Data de nascimento | 202 | (DD / MM / AAAA) | V 3031 | Dia de nascimento |
| | | | V 0302 | Mês de nascimento |
| | | | V 3033 | Ano de nascimento |
| Sexo | 203 | 1. Masculino<br>2. Feminino | V 0302 | 2. Masculino<br>4. Feminino |
| Nacionalidade | 204 | 1. Brasileira<br>2. Brasileiro naturalizado<br>3. Estrangeira | | |
| País de origem (se estrangeiro) | 205 | Nome do país de origem do estrangeiro ou brasileiro naturalizado. | | |
| Data de chegada ao Brasil | 206 | Data de chegada ao Brasil do estrangeiro ou brasileiro naturalizado. | | |
| Código IBGE município de nascimento | 207 | De acordo com a tabela de municípios do IBGE. | | |
| UF do município de nascimento. | 208 | De acordo com a tabela de UF do IBGE. | V 5030 | 11 12 13 14 15 16 17 21 22 23 24 25 26 27 28 29 31 32 33 35 41 42 43 50 51 52 53 88 98 99 |
| Nome do município de nascimento | 209 | | | |
| Nome completo do pai | 210 | (sem abreviações) | | |
| Nome completo da mãe | 211 | (sem abreviações) | | |
| Estado civil | 212 | 1. Solteiro(a)<br>2. Casado(a)<br>3. Divorciado(a)<br>4.Separado(a)<br>5. Viúvo(a) | | |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| Se o(a) esposo(a) ou o(a) companheiro(a) reside no domicílio | 213 | Informar o número de ordem do(a) esposo(a) ou companheiro(a) | | |
| Tipo de deficiência | 214 | Marcar com "X"<br>Cegueira<br>Mudez<br>Surdez<br>Mental<br>Física<br>Nenhuma<br>Outra | | |
| Raça / Cor | 215 | 1. Branca<br>2. Negra<br>3. Parda<br>4. Amarela<br>5. Indígena | V 0404 | 2. Branca<br>4. Preta<br>6. Amarela<br>8. Parda<br>0. Indígena<br>9. Ignorada |
| Idade | | | V 8005 | 000 a 098 e<br>999 – idade ignorada |
| Condição na família | | | V 0402 | 1. Pessoa de referência<br>2. Cônjuge<br>3. Filho<br>4. Outro parente<br>5. Agregado<br>6. Pensionista<br>7. Empregado doméstico<br>8. Parente do empregado doméstico |
| Número da família | | | V 0403 | |
| Tem mãe viva | | | V 0405 | 1. Sim<br>3. Não<br>5. Não sabe<br>9. Ignorado |
| Mãe mora neste domicílio | | | V 0406 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Número de ordem da mãe | | | V 0407 | |
| Nasceu neste município | | | V 0501 | 0. Parte ignorada<br>1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado |
| Nasceu nesta UF | | | V 0502 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| **Qualificação Escolar** | | | | |
| Freqüenta escola | 237 | 1. Pública municipal<br>2. Pública estadual<br>3. Pública federal<br>4. Particular<br>5. Outra<br>6. Não freqüenta | V 0602 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | **Campo** | **Descrição** | **Variável** | **Descrição** |
| Grau de instrução | 238 | 1. Analfabeto<br>2. Até 4ª série incompleta do ensino fundamental<br>3. Com 4ª série completa do ensino fundamental<br>4. De 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental<br>5. Ensino fundamental completo<br>6. Ensino médio incompleto<br>7. Ensino médio completo<br>8. Superior incompleto<br>9. Superior completo<br>10. Especialização<br>11. Mestrado<br>12. Doutorado | V 0607 | 0. Ignorado<br>1. Elementar (primário)<br>2. Médio 1º ciclo (ginasial, etc)<br>3. Médio 2º ciclo (científico, clássico, etc)<br>4. 1º grau<br>5. 2º grau<br>6. Superior<br>7. Mestrado ou doutorado<br>8. Alfabetização de adultos<br>9. Creche<br>10. Pré-escolar<br>Não aplicável |
| Série escolar | 239 | 1. Maternal I<br>2. Maternal II<br>3. Maternal III<br>4. Jardim I<br>5. Jardim II<br>6. Jardim III<br>7. CA (alfabetização)<br>8. 1ª série do ensino fundamental<br>9. 2ª série do ensino fundamental<br>10. 3ª série do ensino fundamental<br>11. 4ª série do ensino fundamental<br>12. 5ª série do ensino fundamental<br>13. 6ª série do ensino fundamental<br>14. 7ª série do ensino fundamental<br>15. 8ª série do ensino fundamental<br>16. 1ª série do ensino médio<br>17. 2ª série do ensino médio<br>18. 3ª série do ensino médio | | |
| Nome da escola | 240 | Evitar abreviações. | | |
| Código censo INEP | 241 | Código atribuído à Escola pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP | | |
| Sabe ler e escrever | | | V 0601 | 0. Parte ignorada<br>1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Qual o curso que freqüenta | | | V 0603 | 1. Ignorado<br>2. Regular de 1º grau<br>3. Regular de 2º grau<br>4. Supletivo de 1º grau<br>5. Supletivo de 2º grau<br>6. Superior<br>7. Alfabetização de adultos<br>8. Creche<br>9. Pré-escolar<br>10. Pré-vestibular<br>11. Mestrado ou doutorado<br>Não aplicável |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| **Qualificação Profissional** | | | | |
| Situação no mercado de trabalho | 242 | 1. Empregador<br>2. Assalariado com carteira de trabalho<br>3. Assalariado sem carteira de trabalho<br>4. Autônomo com previd. social<br>5. Autônomo sem previd. Social<br>6. Aposentado / Pensionista<br>7. Trabalhador rural<br>8. Empregador rural<br>9. Não Trabalha<br>10. Outra | V 9008 | **da ocupação da pessoa, no trabalho que tinha na semana de referência, em empreendimento do ramo agrícola** |
| | | | V 9029 | Ramo não Agrícola<br><br>1. Empregado<br>2. Trabalhador doméstico<br>3. Conta-própria<br>4. Empregador<br>5. Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar<br>6. Outro trabalhador não remunerado<br>7. Trabalhador na construção para o próprio uso<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Nome da empresa em que trabalha, se desempregado, último emprego | 243 | Preencher com o nome do atual empregador ou empresa na qual trabalhou . | | |
| CNPJ / CE I da empresa | 244 | Código CNPJ da empresa | | |
| Data de admissão | 245 | Data em que a pessoa foi admitida ou data de admissão da última empresa na qual trabalhou. | V 9611 | Número de anos que estava nesse trabalho |
| | | | V 9612 | Número de meses que estava nesse trabalho |
| Ocupação | 246 | Código Brasileiro de Ocupações – CBO | V 9906 | ver<br>"Relação de Códigos de Ocupação",<br><br>em ANEXO II de Notas Metodológicas |
| Remuneração deste emprego | 247 | Preencher somente quando a situação no mercado de trabalho for igual a: assalariado com carteira de trabalho, assalariado sem carteira de trabalho e trabalhador rural. | | |
| Renda de aposentadoria / pensão | 248 | | V 1252 | Rendimento de aposentadoria |
| | | | V 1258 | Rend. De outra aposentadoria |
| | | | V 1255 | Rendimento de pensão |
| | | | V 1261 | Rendimento de outra pensão |
| Renda de Seguro-Desemprego | 249 | | | |
| Renda de pensão alimentícia | 250 | | | |
| Outras rendas | 251 | Rendas recebidas e que não tenham sido descriminadas nos campos 247 a 250. | V 1267 | Rendimento de **aluguel** |
| | | | V 1270 | **Doação recebida de não morador** |
| | | | V 1273 | **Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações** |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | **Campo** | **Descrição** | **Variável** | **Descrição** |
| Trabalhou na semana de 23 a 29 / 09 / 01 | | | V 9001 | 0. Parte ignorada<br>1. Sim<br>3. Não<br>Não aplicável |
| Na semana de 23 a 29 / 09 / 01 tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por motivo de férias, licença, falta voluntária, greve, doença, más condições de tempo ou por outra razão | | | V 9002 | 2. Sim<br>4. Não<br>Não aplicável |
| Quantos trabalhos tinha na semana de<br>23 a 29 / 09 / 01 | | | V 9005 | 1. Um<br>3. Dois<br>5. Três ou mais<br>Não aplicável |
| Nesse emprego recebeu auxílio MORADIA | | | V 9043 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado |
| Nesse emprego recebeu auxílio para ALIMENTAÇÃO | | | V 9044 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado |
| Nesse emprego recebeu auxílio para TRANSPORTE | | | V 9045 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado |
| Nesse emprego recebeu auxílio para EDUCAÇÃO ou CRECHE | | | V 9046 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado |
| Era aposentado de instituto de previdência<br>federal, estadual ou municipal,<br>ou do governo federal,<br>na semana de<br>23/09/01 a 29 / 09 / 01 | | | V 9122 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Era pensionista de instituto de previdência<br>federal, estadual ou municipal,<br>ou do governo federal,<br>na semana de<br>23/09/01 a 29 / 09 / 01 | | | V 9123 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Tomou alguma providência para conseguir trabalho na **semana** de 23/ 09 / 01 a 29 / 09 / 01 | | | V 9115 | 1. Sim<br>2. Não<br>8. Sem resposta no bloco<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Depois que saiu desse emprego anterior, recebeu seguro-desemprego | | | V 9066 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Característica da Família | | | | |
| Tempo de moradia | 252 | | | |
| Despesas Mensais da Família | | | | |
| Aluguel | 253 | Informar o valor referente a despesa com o aluguel, pago pela família. | | |
| Prestação habitacional | 254 | Informar o valor referente a prestação habitacional, pago pela família. | | |
| Alimentação | 255 | Informar o valor referente a despesa com alimentação, pago pela família. | | |

| Quesito | Cadastro Único | | Categorias | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| Água | 256 | Informar o valor referente a despesa com o abastecimento de água, pago pela família. | | |
| Luz | 257 | Informar o valor referente a despesa com o fornecimento de energia pago pela família, quando houver. | | |
| Transporte | 258 | Informar o valor referente a despesa com transporte pago pela família. | | |
| Medicamentos | 259 | Informar o valor referente a despesa com medicamentos, pago pela família. | | |
| Gás | 260 | Informar o valor referente a despesa com gás de cozinha, pago pela família. | | |
| Outras despesas | 261 | Informar o valor gasto pela família com outras despesas que não estejam relacionadas em um dos campos 253 a 260. | | |
| Número de pessoas que vivem da renda desta família | 262 | | | |
| Relação Familiar | | | | |
| Número de ordem da mãe /responsável legal da família | 263 | Consta da lista de pessoas residentes no domicílio | | |
| Parentesco em relação à mãe /responsável legal da família | 264 | 1. Mãe / responsável legal<br>2. Esposo(a)<br>3. Companheiro(a)<br>4. Filho(a)<br>5. Pai<br>6. Avô / Avó<br>7. Irmão / Irmã<br>8. Cunhado(a)<br>9. Genro / Nora<br>10. Sobrinho(a)<br>11. Primo(a)<br>12. Sogro(a)<br>13. Neto(a)<br>14. Tio(a)<br>15. Adotivo(a)<br>16. Padrasto / Madrasta<br>17. Enteado(a)<br>18. Bisneto<br>19. Sem parentesco<br>20. Outro | | |
| Se reside com o pai, informar o número de ordem do pai, se não, informar 99. | 265 | Consta da lista de pessoas residentes no domicílio | | |
| Se reside com a mãe, informar o número de ordem da mãe, se não, informar 99. | 266 | Consta da lista de pessoas residentes no domicílio | | |
| Se criança de 0 a 6 anos, com quem fica? | 267 | 1. Pai / Mãe<br>2. Irmão / Irmã<br>3. Avô / Avó<br>4. Sozinho<br>5. Creche<br>6. Outro | | |
| Se grávida, informar mês de gestação | 268 | | | |
| Amamentando | 269 | 1. Sim<br>2. Não | | |

| Quesito | Cadastro Único | | Categorias | |
|---|---|---|---|---|
| | **Campo** | **Descrição** | **Variável** | **Descrição** |
| Participa de algum Programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social ? | 270 | Assinalar o(s) programa(s) do Governo Federal<br><br>Bolsa Criança Cidadã – PETI<br>Agente Jovem<br>Bolsa Escola<br>Bolsa Alimentação<br>LOAS/BPC<br>Previdência Rural<br>PRONAF<br>PROGER<br>Outro | | |
| Beneficiário prioritário para o Programa Bolsa Alimentação | 271 | 1. Sim<br>2. Não | | |

## Dicionário do Cadastro Único e da PNAD 2001- Agricultor Familiar

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| **Dados de Controle** | | | | |
| Tipo de documento | 101 | Este campo já vem preenchido com 01. | | |
| Número de ordem da pessoa agricultora | 102 | Lista de pessoas residentes no domicílio | V 0301 | |
| Modalidade | 103 | 1. Inclusão<br>2. Alteração | | |
| Número de Identificação Social - NIS | 104 | Não obrigatório.<br>(PIS/ PASEP/ Cartão SUS) da pessoa | | |
| Código Domiciliar | | Obrigatório, para formulário avulso. | V 0102 | Número de controle |
| | | | V 0103 | Número de Série |
| **Identificação do Beneficiário(a)** | | | | |
| Nome completo da pessoa | 201 | (sem abreviações) | | |
| Apelido do(a) agricultor(a) | 202 | (sem abreviações) | | |
| Número de ordem da mãe /responsável legal da família Sexo | 203 | | | |
| Organização social a que pertence | 204 | Assinalar com um *x*<br>Sindicato<br>Cooperativa<br>Associação<br>Quilombos<br>Nenhuma<br>Outra | | |
| **Estrutura da atividade agropecuária** | | | | |
| Localização do Domicílio onde reside o(a) agricultor(a) | 301 | 1. Estabelecimento rural<br>2. Aglomerado rural próximo<br>3. Aglomerado urbano próximo | | |
| Condição de posse e uso da terra | 302 | Assinalar com um *x*<br>Proprietário(a)<br>Parceiro(a) / Meeiro(a)<br>Assentado(a) pelo INCRA<br>Posseiro(a)<br>Arrendatário<br>Comodatário(a)<br>Beneficiário(a) do Banco da Terra<br>Não se aplica | V 9021 | 1. Parceiro<br>2. Arrendatário<br>3. Posseiro<br>4. Cessionário<br>5. Proprietário<br>6. Outra condição<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Caracterização da atividade | 303 | Assinalar com um *x*<br>Agricultor(a)<br>Pescador(a) artesanal<br>Aqüicultor(a)<br>Extrativista vegetal<br>Silvicultor(a)<br>Outra | V 9008 | |
| Área do estabelecimento (em hectares) | 304 | | | |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | Campo | Descrição | Variável | Descrição |
| **Força de trabalho além da familiar** | | | | |
| Contrata empregados(as) eventuais | 401 | 1. Sim<br>2. Não | V 9016 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Número de empregados(as) permanentes contratados(as) | 402 | | V 9019 | 1. Um<br>3. Dois<br>5. Três a cinco<br>7. Seis a dez<br>8. Onze ou mais<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Administração do estabelecimento | 403 | 1. Pela família<br>2. Por administrador(a) remunerado(a)<br>3. Por outro(a) | | |
| Quantos empregados temporários tinha nesse trabalho em setembro de 2001 | | | V 9017 | 1. Um<br>3. Dois<br>5. Três a cinco<br>7. Seis a dez<br>8. Onze ou mais<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Em setembro de 2001, tinha pelo menos um empregado permanente nesse trabalho | | | V 9018 | 2. Sim<br>4. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Qual a parceria contratada nesse trabalho<br>Contra-própria | | | V 9022 | 0. Outra<br>2. Meia<br>4. Terça<br>6. Quarta<br>8. Quinta<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Ocupou pelo menos um trabalhador não remunerado nesse trabalho<br>em setembro de 2001 | | | V 9051 | 1. Sim<br>3. Não<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| Quantos trabalhadores não remunerados<br>tinha, nesse trabalho<br>em setembro de 2001 | | | V 9052 | 0. Onze ou mais<br>2. Um<br>4. Dois<br>6. Três a cinco<br>8. Seis a dez<br>9. Ignorado<br>Não aplicável |
| **Composição da renda bruta familiar** | | | | |
| Ano agrícola (mês / ano) | 501 | | | |
| Teve perdas na produção agropecuária neste ano agrícola | 502 | 1. Sim<br>2. Não<br>Quanto (%) | | |
| Renda bruta das atividades agropecuárias | 503 | valor da renda bruta familiar anual | | |
| Renda bruta de outras atividades agropecuárias | 504 | valor da renda bruta familiar anual | | |

| Quesito | Cadastro Único | | PNAD | |
|---|---|---|---|---|
| | **Campo** | **Descrição** | **Variável** | **Descrição** |
| Renda bruta de atividade não agropecuária | 505 | Valor da renda bruta familiar anual | | |
| Rendimento mensal em dinheiro (no trabalho único ou principal da semana) | | | V 9532 | 999.999.999.999 - Ignorado<br>-1 - Não aplicável |
| Rendimento mensal em produtos ou mercadorias (no trabalho único ou principal da semana) | | | V 9535 | 999.999.999.999 - Ignorado<br>-1 - Não aplicável |